



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
FACULDADE DE HISTÓRIA

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO
JACAREQUARA (PA)**

Oséas Sérgio do Rosário

Belém/PA

2025

Oséas Sérgio do Rosário

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO
JACAREQUARA**

Artigo apresentado à Faculdade de História
para a obtenção do grau de Bacharelado em
História pela Universidade Federal do
Pará.

Orientador: Profa. Dra. Franciane Gama
Lacerda.

Belém/PA

2025

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo abordar a Comunidade Quilombola do Jacarequara, destacando a territorialidade quilombola no estado do Pará como um conceito que vai além da delimitação física, integrando-se profundamente ao modo de vida das comunidades que ali habitam. A pesquisa discute como essa relação se manifesta por meio de práticas culturais, rituais e saberes transmitidos entre gerações, reforçando o pertencimento e a identidade coletiva. Além disso, o estudo está estruturado em diferentes eixos temáticos: as atividades econômicas desenvolvidas na comunidade, com destaque para a agricultura e seus relatos e tradições; a religiosidade como um pilar essencial da vida quilombola; os conflitos agrários enfrentados na luta pela manutenção do território; e as práticas de esporte e lazer como formas de integração e resistência cultural. Assim, o artigo busca contribuir para a compreensão da territorialidade quilombola como elemento fundamental na preservação do patrimônio imaterial e na luta pela autodeterminação dessas comunidades.

Palavras-chave: Comunidade quilombola, Memória, História, Jacarequara, Pará.

Abstract

The present study aims to address the Quilombola Community of Jacarequara, highlighting quilombola territoriality in the state of Pará as a concept that goes beyond physical boundaries, deeply integrating with the way of life of the communities that inhabit the area. The

research discusses how this relationship manifests through cultural practices, rituals, and knowledge passed down through generations,

reinforcing belonging and collective identity. Furthermore, the study is structured around different thematic axes:

the economic activities developed within the community, with an emphasis on agriculture, its narratives, and traditions; religiosity as an essential pillar of quilombola life; agrarian conflicts faced in the struggle to maintain the territory; and sports and leisure practices as forms of integration and cultural resistance.

Thus, this article seeks to contribute to the understanding of quilombola territoriality as a fundamental element in preserving intangible heritage and in the fight for the self-determination of these communities.

Keywords: Quilombola community, Memory, History, Jacarequara, Pará.

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. ATIVIDADES ECONÔMICAS NA COMUNIDADE: RELATOS E TRADIÇÕES SOBRE A AGRICULTURA**
- 3. RELIGIÃO**
- 4. CONFLITOS AGRÁRIOS**
- 5. ESPORTE E LAZER**
- 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 7. BIBLIOGRAFIA**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A formação das comunidades quilombolas no estado do Pará surgiu como uma forma de resistência das pessoas escravizadas que fugiam das fazendas e senzalas. Essas pessoas buscavam áreas isoladas e de difícil acesso para se esconder e estabelecer suas próprias comunidades. Essa população era originária de diversas regiões do continente africano.

As comunidades negras rurais, representam um importante legado da diáspora africana no Brasil. Situadas em áreas que, no passado, foram consideradas economicamente marginais, essas comunidades possuem origens diversas, mas compartilham a resistência histórica frente às adversidades sociais, políticas e econômicas. Sua existência está ligada ao complexo processo de transição do sistema escravocrata para a sociedade pós-abolicionista, revelando nuances fundamentais da luta dos afro-brasileiros pela autonomia e pelo direito à terra.

Para Almeida (2004), os quilombos representam “terras de preto” e se configuram como uma expressão de etnia-política. O quilombo, segundo o autor, se materializa como uma terra de autoafirmação racial e política, abrangendo os domínios que foram doados, herdados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de escravizados. Segundo Almeida (2004), os negros trazidos para a Amazônia durante o período da escravidão provinham principalmente da África Ocidental, especialmente das regiões da Costa da Guiné, Senegal, Costa do Marfim e Angola. A resistência e a formação de quilombos constituem, portanto, um importante capítulo na luta pela liberdade e pela preservação das tradições culturais afro-brasileiras.

Os quilombos representaram uma das mais significativas expressões de resistência à escravidão no Brasil, constituindo-se como espaços de luta, reorganização social e afirmação da identidade negra. Essas comunidades não apenas simbolizavam o desejo de liberdade, mas também foram estruturadas levando em consideração fatores geográficos, ecológicos e sociais próprios ao contexto da fuga e da ocupação territorial (FREITAS, 2008).

A historiografia contemporânea tem destacado a importância da história oral na reconstrução do passado quilombola. Tradicionalmente, as narrativas históricas foram construídas a partir de documentos oficiais que, muitas vezes, refletiam apenas a perspectiva das elites coloniais e dos escravocratas. Assim, a ausência ou fragmentação de registros formais sobre os quilombos tornou-se um desafio para os pesquisadores. No entanto, as memórias preservadas pelos quilombolas têm preenchido essas lacunas, oferecendo novos elementos para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e econômicas dessas comunidades (GOMES, 2015).

O Estado do Pará destaca-se como a unidade federativa com o maior número de comunidades quilombolas titulados em todo o Brasil. De acordo com informações disponíveis no site do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), há atualmente 98 territórios quilombolas registrados oficialmente no estado. Destes, um total de 56 territórios já possuem título de posse de terra, sendo a maior concentração dessas áreas localizada na região nordeste do Pará (Iterpa, 2021).

A Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental para o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades quilombolas, especialmente por meio do Art. 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, que garante a propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. No entanto, como destaca Valdério Santos Silva (1999), mesmo antes da promulgação deste dispositivo, diversas comunidades já enfrentavam litígios e conflitos fundiários em estados como Bahia, Maranhão, Pará, Goiás e São Paulo. Esses grupos resistiam às tentativas de fazendeiros e empresas, tanto privadas quanto públicas, de apropriar-se de seus territórios por meio de ações judiciais ou de violência direta. O estudo de Silva evidencia como a luta pela terra não é apenas uma questão jurídica, mas também um processo histórico de resistência e afirmação identitária dos quilombolas no Brasil.

As comunidades quilombolas de Jacarequara, localizadas no município de Acará, Pará, situam-se às margens do Igarapé Jacarequara, com acesso pelo Rio Guajará, próximo à Alça Viária¹. Ao redor desse igarapé vivem moradores de diversas comunidades, como Menino Jesus, Paraíso, Cateedeua, Jabaquara, Tapera, São José, Itapoama, Catuiaia, Flechal, Monte Alegre e as comunidades Trindade I, II e III. Essas localidades foram surgindo e se consolidando ao longo do tempo, acompanhando o crescimento das famílias que ali residem. Segundo relatos orais, a área foi descoberta e habitada por pessoas escravizadas que, fugindo de fazendas nas margens do Rio Guajará, encontraram refúgio e reconstruíram suas vidas em Jacarequara.

A memória constitui um elemento central na construção da identidade cultural dos indivíduos e grupos sociais. Como um processo dinâmico, ela possibilita a organização das experiências passadas, funcionando como um eixo que conecta diferentes temporalidades e reforça o sentimento de pertencimento. Ao longo da história, a memória foi essencial para a

¹ A rodovia PA-483, também chamada Alça Viária do Pará, é um complexo viário brasileiro de pontes e estradas do estado brasileiro do Pará inaugurado em 2002, com cerca de 74 km de rodovias e 4,5 km de pontes, construídas para integrar a Região Metropolitana de Belém ao interior do estado.

manutenção de tradições, valores e narrativas que moldam a forma como os grupos se percebem e se diferenciam dos demais (HALBWACHS, 2006).

Segundo Pollak (1992), a memória não é um elemento fixo ou linear, mas um campo de disputas e ressignificações. Ele introduz o conceito de “lugares da memória”, que se referem a espaços físicos ou simbólicos nos quais lembranças individuais e coletivas se entrelaçam. Esses lugares podem estar associados a eventos históricos, práticas culturais ou experiências pessoais que marcam profundamente a trajetória de um grupo ou de um indivíduo. A importância desses espaços não reside apenas na materialidade do local, mas na forma como as lembranças são construídas e compartilhadas socialmente.

A memória, portanto, não é apenas um registro do passado, mas uma construção ativa no presente. Como destaca Nora (1984), a criação dos lugares de memória surge da necessidade de preservar elementos identitários em sociedades onde a transmissão direta da tradição já não é suficiente para garantir a continuidade das referências culturais. Esse processo evidencia a dialética entre lembrança e esquecimento, uma vez que certos aspectos da história são enfatizados, enquanto outros são silenciados ou reconfigurados de acordo com interesses específicos.

A memória, longe de ser apenas um repositório passivo de lembranças, é um fenômeno socialmente construído e constantemente disputado. Sua relação com a história é dialética, pois tanto influencia quanto é influenciada pelas narrativas históricas que estruturam a identidade de grupos e sociedades. Como ressaltam Le Goff (2003) e Pollak (1992), a memória pode ser um instrumento de resistência e empoderamento, mas também pode ser manipulada para fins de dominação e exclusão. O estudo da memória, portanto, não apenas amplia a compreensão sobre o passado, mas também possibilita a construção de futuros mais inclusivos e justos.

Durante a entrevista com o senhor Januário Oliveira Neves, de 96 anos, nascido em 14 de outubro de 1928 na comunidade do Jabaquara, uma das localidades de Jacarequara, tivemos acesso a relatos preciosos sobre a memória oral da região. Filho de Amélio Carmo de Oliveira e Raimunda Neves, ele recorda que, em sua infância, seus pais e vizinhos contavam diversas histórias sobre escravos que vieram de outras localidades e se estabeleceram nessas comunidades. Segundo o relato do Senhor Januário, essas narrativas incluíam detalhes sobre a formação de quilombos ao longo das margens do Igarapé Jacarequara e explicações sobre a origem do nome do igarapé.

A história oral é um método fundamental para resgatar a experiência dos sujeitos historicamente marginalizados. Segundo Portelli (1997), as fontes orais não apenas

complementam os registros escritos, mas também questionam e reformulam interpretações consideradas definitivas. No caso dos quilombos, os relatos transmitidos de geração em geração permitem acessar detalhes sobre suas formas de organização, estratégias de resistência e relações com as sociedades vizinhas.

Os depoimentos orais evidenciam que os quilombolas não apenas fugiam da escravidão, mas também construíam novas formas de organização social, política e econômica. Muitas dessas comunidades estabeleciam redes de comércio com vilas e fazendas próximas, praticavam agricultura de subsistência e desenvolviam estruturas políticas próprias (KARASH, 2000). Dessa maneira, a história oral tem sido essencial para compreender a complexidade dos quilombos, que não podem ser vistos apenas como espaços isolados ou temporários, mas como verdadeiros núcleos de transformação social.

Essas histórias, passadas de geração em geração, refletem a luta e a resistência da comunidade, além de reforçarem o sentimento de pertencimento e a preservação da memória coletiva. Os quilombos, conforme relatado, surgiram como refúgios de liberdade e se tornaram símbolos de identidade e autonomia, com a paisagem natural do Igarapé Jacarequara sendo parte integrante da cultura e história desses povos².

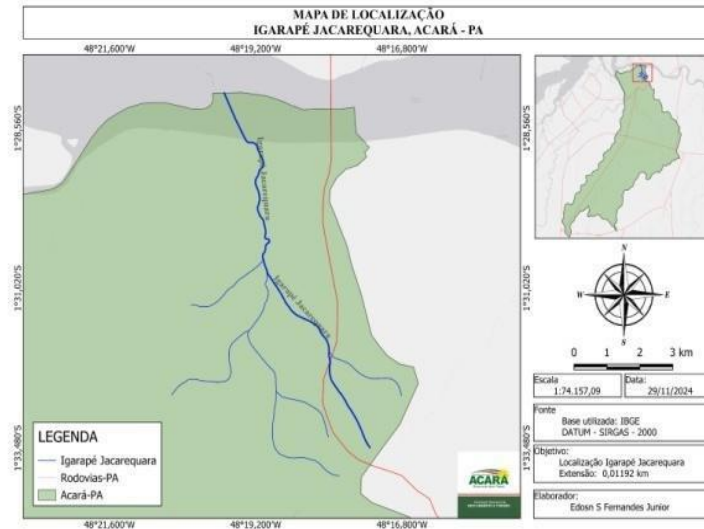
Segundo a memória popular local, o nome “Jacarequara” surgiu de uma cena cotidiana nas margens do Rio Guamá, localizado na entrada do igarapé. Era comum que os jacarés saíssem da água, atravessando a lama, e se reunissem no solo para tomar sol. Esse comportamento era descrito pela população como “quarar”, uma expressão que significa “corar” ou “se expor ao sol”³. Assim, quando alguém perguntava para onde outra pessoa estava indo, a resposta era “Lá donde o jacaré quara”. Segundo a tradição local, com o tempo, essa expressão se transformou no nome pelo qual o igarapé passou a ser conhecido: Jacarequara. Essa nomeação, enraizada na observação das práticas da fauna local, carrega o sentido de pertencimento e conexão da comunidade com a natureza ao seu redor, preservando a história e as tradições culturais que compõem a identidade coletiva da região⁴. Abaixo um mapa do referido Igarapé:

² Entrevista com Sr. Januário Oliveira Neves, 96 anos. Data: 20/02/2024, Local: comunidade quilombola Jabaquara/ Acará-PA.

³ De acordo com o Dicionário Aurélio *quarar/corar*: Dar cor a; colorir, tingir, pintar. Expor ao sol (roupa, cera, etc.) para clarear, branquear, (em consequência de exposição ao sol.No Brasil, em geral, com referência a roupa, se diz, muito comumente, *quarar*.

⁴ Entrevista com Sr. Januário Oliveira Neves, 89 anos. Data: 20/02/2024, Local: comunidade quilombola Jabaquara/ Acará-PA.

Figura 1



Também segundo relatos orais de antigos moradoresos primeiros descendentes faziam grandes giraus⁵ de varas para tirarem madeiras para fazerem suas casas, algumas eram de casca de árvores coberta com palha de najá ou ubim, na maioria das vezes.As primeiras comunidadesque habitadas foram Paraíso, Catuaia e Trindade I (conhecida como Ponta).Essas foram as comunidades. Nesses locais as dificuldades eram grandes, pois, essa população nesse período só se mantinha com aquilo que a natureza lhes proporciona.⁶

Diante disso, este artigo, tendo como espaço comunidades do Igarapé Jacarequara, por meio das memórias de moradores dessas localidades, a partir de entrevistas, tem como objetivo refletir sobre o cotidiano de moradores desse espaço buscando entender os significados que eles dão às suas vivências nas comunidades. O artigo está dividido em quatro partes: Agricultura, religião, conflitos agrários, e esportes, por serem práticas sociais experimentadas por muitos moradores desse espaço.

⁵De acordo com o Dicionário Aurélio, “girau” é umestrado de madeira usado para secar ou pôralimentos a salvo da umidade do solo. Plataforma ou armação elevada, construída sobre estacas, utilizada para diversos fins em regiões ribeirinhas e rurais.

⁶Entrevista com Januário Oliveira Neves, 96 anos) Morador da comunidade quilombola Jabaquara/Jacarequara-Acará.

2. Atividades econômicas na comunidade: relatos e tradições sobre a agricultura

Os quilombolas procuravam fixar-se não muito longe de locais onde pudessem realizar trocas mercantis, o que lhes permitia desenvolver práticas econômicas integradas às dinâmicas locais. Longe de serem comunidades isoladas, os quilombos estabeleceram relações complexas com sociedades vizinhas, inserindo-se em redes de comércio e circulação de produtos. Dessa forma, não apenas garantiam a própria subsistência, mas também influenciavam as economias regionais ao longo do período colonial e pós-colonial (REIS, 1996).

Os saberes tradicionais quilombolas são conhecimentos transmitidos de geração em geração, por meio da tradição oral, que se baseiam na história, memória e etnicidade dos povos. São importantes para a vida das comunidades quilombolas e incluem: Práticas medicinais, Domesticação de plantas e animais para alimentação, Cosmovisão étnico-territorial ancestral, Propostas de mudanças e reflexões críticas.

Esses saberes estão profundamente entrelaçados com os cotidianos e a trajetória histórica e cultural das comunidades, sendo considerados ferramentas essenciais para a manutenção dos laços de identidade e pertencimento entre muitos Povos e Comunidades tradicionais. Esses saberes englobam o uso e o manejo dos recursos naturais que cercam esses grupos. Silva (2010, p. 7) destaca que a ação humana na Amazônia desempenhou um papel crucial na preservação e até no aprimoramento da biodiversidade dos ecossistemas locais.

É fundamental reconhecer a diversidade dessas populações, pois cada uma possui características singulares que influenciam a maneira como lidam com seus saberes tradicionais. Assim, as interações específicas com o ambiente natural refletem as particularidades culturais de cada grupo, fortalecendo suas identidades e práticas de pertencimento.

Ao longo dos anos, as comunidades mantinham sua alimentação com base naquilo que produziam e nos recursos que a natureza oferecia. Plantavam mandioca, macaxeira, cupuaçu, batata-doce, cará, entre outros produtos essenciais na dieta local.

Dona Macária Livramento da Conceição relata que as pessoas saíam para a roça bem cedo. As mulheres, especialmente as que tinham filhos pequenos, carregavam-nos nas costas para o campo. Ao chegarem, colocavam as crianças para dormir enquanto ajudavam os maridos na plantação de maniva. Para se alimentar durante o dia, levavam peixe assado e preparavam chibé, usando uma moringa para armazenar água. O horário de retorno era marcado pela passagem de um avião, apelidado de “Caravela”, que sobrevoava a área por volta do meio-dia. Essa rotina revela a forte ligação das comunidades com a terra e a natureza, refletindo um estilo

de vida sustentado pelo trabalho agrícola familiar e pelo compartilhamento de tarefas no campo.⁷ Segue imagem do roçado de mandioca:

Figura 2



Figura 3



De acordo com relatos de Dona Macária:

Os homens faziam roçados grandes trocavam dias de trabalhos uns com os outros para adiantar o trabalho cada dia um trabalhava no roçado do outro chamado de mutirão. Depois de roçado o terreno, era derrubado com machado, e depois era queimado, no outro dia a gente plantava a macaxeira e quando amadurecia comíamos assada ou cozida, o local onde a gente trabalhava levava cerca de uma hora do local de onde a gente morava. Quando a roça ficava madura a gente arrancava a mandioca colocava em um “aturá”⁸ e levava até o porto do seu Neguinho, dávamos até três carretos por dia de mandioca ou macaxeira e de farinha que a gente fazia no retiro. Quando a gente ia fazer farinha, a gente passava o dia inteiro no retiro, íamos buscar lenha e colocávamos esta lenha no forno no retiro, descascávamos a mandioca e carregávamos no “curatá”⁹ para o retiro, amassávamos a massa, colocávamos no tipiti, espremia aquela massa, depois de enxuta colocávamos na peneira e somente depois e que era jogada no forno e somente depois a farinha estava pronta, uma fornada de farinha demorava em média uma hora de tempo pra sair do forno. Um processo muito demorado e penoso de trabalho¹⁰.

⁷ Entrevista com Dona Macária Lima da Conceição, 89 anos, Data: 15/03/2024, Local: comunidade quilombola trindade III/ Acará-PA.

⁸Cesto grande e alto, de formato cilíndrico, que os indígenas carregam nas costas para transportar sementes, frutos etc., uruçacanga.

⁹Uma canoa de naja de uma palmeira amazônica.

¹⁰Entrevista com Dona Macária Livramento da Conceição, 89 anos, Data: 15/03/2024, Local: comunidade quilombola trindade III.

Para se ter uma ideia do trabalho dos agricultores segue imagem da Casa de Farinha e do processo de produção

Figura 4



Figura 5



Os mais velhos, como Dona Macária, transmitem aos mais jovens conhecimentos sobre o tempo ideal entre os plantios e a influência das fases da lua no crescimento e desenvolvimento das plantas. Eles orientam, por exemplo, quantos “paus de maniva” devem ser colocados em cada cova e outras práticas fundamentais para a agricultura familiar. Além disso, algumas tradições agrícolas estão entrelaçadas com a religiosidade local e são preservadas até hoje. Uma dessas tradições é a de evitar entrar na roça durante uma semana após o falecimento de um familiar ou conhecido. Segundo os mais velhos, caso alguém entre na roça antes de oito dias após uma morte, as plantações podem apodrecer, causando dificuldades para a família, que ficará sem sustento durante esse período. Nesse tempo de luto, a comunidade se reúne na casa da família enlutada, e as atividades agrícolas só são retomadas após os oito dias de resguardo.

Geralmente quando acontece isso em uma família, as pessoas vizinhas, da comunidade prestam auxílio com alimento durante esses oito dias para que aquela família não seja obrigada a entrar na sua plantação. A coletividade e a caridade são marcas muito forte dentro das comunidades, cada um distribuindo algo para que as pessoas não passem necessidades enquanto não podem manter suas rotinas de trabalhos, e vale salientar que em alguns casos há mutirões para ajudar a família em sua plantação, após o período de oito dias.

No passado, a produção agrícola da comunidade era transportada até Belém em canoas a vela. Segundo relatos de Dona Macária, os moradores realizavam essas viagens a cada quinze dias ou mensalmente, levando para comercialização o que produziam na roça e vendendo-o em locais como o Porto da Palha, Porto da Conceição e Ver-O-Peso. As jornadas eram longas, frequentemente durando mais de um dia, dependendo da maré. “A vida naquela época era muito dura, nós tínhamos o necessário para sobreviver”, destacou Dona Macária. Ao comentar sobre o cotidiano, ela acrescentou que a vida nas comunidades quilombolas sempre foi árdua: “A gente tinha que trabalhar muito para sustentar nossos filhos. E isso, muitas vezes, exigia muito esforço de cada um de nós.”¹¹ Hoje essa produção é comercializada dentro da comunidade através de atravessadores que vem de Belém e Ananindeua comprar esses produtos que são produzidos na comunidade. Também muitas famílias comercializam esses produtos no programa PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), em parceria com o Centro de

¹¹ Entrevista com Dona Macária Lima da Conceição, 89 anos, Data: 15/03/2024, Local: comunidade quilombola trindade III/ Acará-PA Idem.

Referência de Assistência Social (CRAS) quilombola que visa fortalecer a agricultura familiar, garantindo renda para os produtores com um preço mais justo.

As comunidades quilombolas sempre lutavam para a preservação de sua cultura, que vem atravessando gerações, relatos como o de dona Macária e outras pessoas de sua comunidade sempre nos fazem pensar que as comunidades sempre lutaram muito para a sobrevivência de cada morador, enfrentando preconceitos, e muitas dificuldades, mas sempre foram pessoas que trabalharam para manter suas famílias. E além de plantarem mandioca e macaxeira, eles plantam outros produtos para auxiliar no sustento familiar, tais como: jambu, *Tanacetumvulgare* popularmente conhecida como “catinga de mulata”, hortelã, mastruz e outras ervas, comercializadas para a produção de remédios caseiros ou artesanais, o que é muito procurado nas barracas na feira do Ver-O-Peso na capital paraense.

3.Religião

As práticas de cura, como os benzimentos (Oliveira, 1985), desempenham um papel fundamental na vida cotidiana. Essas práticas visam tratar tanto enfermidades físicas quanto espirituais, como quebranto, mau-olhado, dores em geral, picadas de cobra e de insetos, entre outros males. De acordo com o depoimento de uma benzedeira local, a cura ocorre por meio de orações — geralmente associadas a ritos católicos — e do uso de ervas medicinais, aplicadas em forma de chás e banhos, que integram o conhecimento tradicional da cultura afro-indígena.

De acordo com os relatos dos entrevistados, no passado a comunidade possuía uma forte presença de religiões de matriz africana, evidenciando uma relação íntima entre práticas religiosas e métodos de tratamento e cura de doenças. Quando enfrentavam problemas de saúde, os moradores recorriam a figuras como o “Pai de Santo” ou o “Pajé”, que desempenhavam papéis de líderes religiosos e curandeiros na comunidade. Esses líderes preparavam remédios à base de ervas e eram reconhecidos por sua habilidade em tratar diversas enfermidades. Na comunidade de Catuaia, por exemplo, havia uma senhora chamada Esmerinda, conhecida pelo seu trabalho de cura. De forma semelhante, o senhor Dagino, da comunidade de Monte Alegre, realizava procedimentos análogos. Ambos eram figuras de grande importância e frequentemente buscados pelos moradores para resolver questões de saúde.

Conforme relatado pelos entrevistados, quando as crianças enfrentavam problemas de saúde, as famílias costumavam solicitar a ajuda de curandeiros como Dona Esmerinda e o senhor Dagino, que realizavam benzimentos. Naqueles momentos de dificuldade, especialmente em situações em que o acesso a médicos era limitado, essas figuras eram fundamentais. Os entrevistados afirmaram que ambos eram capazes de tratar diversos tipos de

enfermidades utilizando ervas medicinais. Além disso, as crianças podiam receber banhos de fumaça em suas casas, um ritual que visava afastar “mau-olhado” e outros “espíritos” indesejados que poderiam se aproximar.

Dona Francisca Gomes, de 70 anos, compartilhou uma experiência marcante de sua infância. Ela contou que, durante a gravidez de sua mãe, ocorreram muitas complicações no momento do parto, o que levou a família a chamar o Pai de Santo Dagino. Quando este chegou à casa de sua mãe, ela já estava sem forças para dar à luz. O Sr. Dagino, então, pegou seu “maracá” e começou a sacudir, lançando fumaça sobre a mãe de Dona Francisca. Imediatamente, sua mãe conseguiu dar à luz. Todos na casa ficaram aliviados e satisfeitos, pois já não sabiam mais o que fazer diante da situação. Nesse período, as pessoas como o Sr. Dagino eram cercadas de grande admiração e respeito, pois desempenhavam um papel fundamental na comunidade. Ele tinha um local específico onde recebiam as pessoas para benzimentos e outros serviços, além de preparar remédios para diversas enfermidades que afligiam a população.

Esses senhores eram figuras centrais na cultura da comunidade, eram conhecidos por realizar seus trabalhos aos sábados em seus terreiros, locais sagrados onde a espiritualidade se manifestava de diversas formas. Durante essas reuniões, muitos moradores se reuniam, não apenas para assistir às cerimônias, mas também em busca de cura para problemas de saúde que muitas vezes eram considerados complexos e difíceis de tratar. Esses “curandeiros”, como eram igualmente identificados pelos moradores, eram profundamente respeitados por sua habilidade em preparar remédios específicos para cada tipo de enfermidade que surgia, o que os tornava altamente requisitados entre os membros da comunidade.

Além de suas competências na medicina tradicional, esses moradores detinham um poder espiritual significativo, uma vez que suas práticas estavam intimamente ligadas à espiritualidade dos indivíduos que buscavam ajuda. Eles não apenas tratavam doenças, mas também atuavam como guias espirituais, ajudando as pessoas a se reconectarem com suas crenças e tradições ancestrais. Assim, durante um longo período, era comum que os moradores das comunidades quilombolas recorressem a esses mestres do saber tradicional em busca de assistência, já que, na época, não existiam outras formas de cultura religiosa ou templos que pudessem servir como alternativa. A presença desses “pajés” era fundamental para a manutenção da saúde e do bem-estar espiritual da comunidade, estabelecendo um vínculo profundo entre as práticas de cura e as tradições culturais que perduravam através das gerações.

Já na década de 1980, chegou a comunidades do Monte Alegre, um senhor conhecido como “Mário Branco, que era católico”. Ele passou a ver a necessidade de evangelizar a partir

de preceitos do catolicismo. Assim, ele ia às casas das famílias realizando pequenas reuniões, rezando o terço fazendo pequenas novenas da igreja católica. Segundo os entrevistados, a comunidade do Monte Alegre recebeu de bom grado, Mário Branco fez uma grande missa em um local chamado na época de “terreirão”, onde atualmente é um campo de futebol. Depois de algum tempo o Sr. Mario adoeceu e passou o compromisso para o Sr. Zezinho que passou a fazer as novenas no Centro Comunitário da comunidade do Monte Alegre. No ano de 1983 chegou dois seminaristas cujos nomes eram Assis e Ari, e um senhor conhecido como irmão Pedro, começou a realizar casamentos e batizados¹².

Depois de algum tempo chegou um senhor conhecido por “Castanheira”, que tinha em sua casa um quadro de “Nossa Senhora dos Remédios”. Ele doou o quadro para a comunidade. Logo depois chegaram alguns seminaristas do seminário de Dom Oscar Romero, eles vieram para acompanhar a comunidade. Em seguida, vieram os frades Capuchinhos¹³.

A primeira capela da Igreja Católica na comunidade do Monte Alegre foi construída pelos moradores. Neste período o quadro doado pelo senhor Castanheira encontrava-se na comunidade de São José. Foi realizada uma procissão de barco para trazer o quadro para a Capela da comunidade de Monte Alegre, que foi nomeada de Bom Remédio. Em 1987, foi fundada a Igreja Nossa Senhora do Bom Remédio, sendo o primeiro coordenador da mesma o senhor José Maria Oliveira conhecido por senhor Zeca Proça, concluindo o seu mandato na coordenação, passou para o senhor Martinho Cardoso no ano de 2000, e assim outros moradores foram participando¹⁴.

É importante salientar que dentro das comunidades quilombolas do Jacarequara existem outras igrejas católicas que ao longo dos anos foram fundadas, Santa Maria de Belém na comunidade do Tapera, Santa Luzia na comunidade do Paraíso, essas igrejas foram chegando nas comunidades, no período da década de 1970 em diante. As pessoas se congregam atualmente nessas igrejas, para a leitura da Bíblia, para novenas e para a realização de batizados, casamentos e outras atividades religiosas que são realizadas no decorrer do ano em cada comunidade que possuem uma capela¹⁵.

¹² Entrevista com Gilvanildo do Espírito Santo do Rosario, data: 20/02/2024 local: comunidade Monte alegre/Acará-Pa

¹³ Entrevista com Gilvanildo do Espírito Santo do Rosario, data: 20/02/2024 local: comunidade Monte alegre/Acará-Pa

¹⁴ Entrevista com Gilvanildo do Espírito Santo do Rosario, data: 20/02/2024 local: comunidade Monte alegre/Acará-Pa

¹⁵ Entrevista com Gilvanildo do Espírito Santo do Rosario, data: 20/02/2024 local: comunidade Monte alegre/Acará-Pa

Nesses eventos da igreja católica observa-se que a santa padroeira é homenageada. As novenas são realizadas nas igrejas ou nas casas dos membros, antes do dia que antecede a procissão. Normalmente a organização do evento fica na responsabilidade de uma ou duas famílias, a arrecadação do valor da contribuição para a compra de fogos, quem irá soltá-los nos horários de seis horas da manhã, meio-dia e seis horas da tarde, e durante a novena na leitura da palavra solta fogos e na passagem da padroeira em que a igreja é devota. Fica a critério das famílias organizadoras a compra e distribuição de lanches na casa onde for realizada a novena até o dia da festividade. No dia da novena é levantado um mastro, em homenagem à padroeira e logo após começa a procissão, onde as pessoas fazem uma peregrinação pela casa das pessoas à imagem e colocada em um altar e depois é rezada a missa pelo padre com a presença de todas as pessoas que fazem parte da igreja¹⁶.

É importante ressaltar que, nas décadas de 1960 e 1970, as igrejas católica e protestante começaram a fazer parte da vida das comunidades quilombolas. A Igreja Evangélica, em particular, entrou nas comunidades por meio do senhor Rufino Sérgio do Rosário, em 1964. Ele trouxe o evangelho à região através do barco “Luz da Amazônia”, uma embarcação dedicada à evangelização na Amazônia e que também promove ações sociais voltadas para a saúde em comunidades mais carentes.

No ano de 1964, Rufino já havia tomado conhecimento do evangelho por meio de seu rádio. De acordo com relatos, em um dia, enquanto estava sentado na janela de sua casa na comunidade quilombola da Trindade, ele ouviu a palavra de Deus sendo transmitida e se sentiu profundamente tocado pelo conteúdo. Aquela mensagem o inspirou a compartilhá-la com seus vizinhos, parentes e amigos, pois considerava que era algo valioso e que poderia beneficiar a todos ao seu redor.

Movido por essa nova missão, o senhor Rufino começou a realizar viagens de quinze em quinze dias para Belém em sua canoa à vela, buscando levar as mensagens de esperança e fé que havia descoberto. Esse movimento não apenas introduziu novos ensinamentos religiosos nas comunidades, mas também estabeleceu uma nova dinâmica social e cultural, promovendo a interação entre as tradições locais e as práticas evangélicas que estavam emergindo naquela época. A chegada da Igreja Evangélica, portanto, marcou um momento significativo na história das comunidades quilombolas, contribuindo para a transformação das relações sociais e espirituais entre os moradores.

¹⁶Entrevista com Gilvanildo do Espírito Santo do Rosario, data: 20/02/2024 local: comunidade Monte Alegre/Acará-Pa.

Com relação à propagação dos preceitos evangélicos, consoante Paulo do Rosário, quando o barco “Luz da Amazônia” chegou à boca da do Igarapé Jacarequara pediu ao senhor amigo Ernesto, que viesse até a entrada do rio. Na ocasião foi pedido que ele falasse ao pastor João Batista para que ele entrasse no Igarapé Jacarequara, até a casa do senhor Rufino na comunidade da Trindade, conhecida como Ponta. O pastor João Batista recebeu a informação de bom grado, e desceu do navio em um casco menor chamada de “Pontão” e entrou no igarapé Jacarequara até a comunidade da Trindade, sua missão era evangelizar as pessoas das comunidades próximas e destinar ajuda as pessoas mais carentes das comunidades.¹⁷

Quando chegou à casa do Sr. Rufino, o pastor resolveu fazer um culto em sua casa e pediu que ele chamasse seus vizinhos para o culto à noite. Após esse evento, o senhor Rufino veio a se converter juntamente com sua esposa Alzira do Rosário. A residência do casal ficou sendo um ponto de pregação, de 15 em 15 dias eram realizados cultos, e depois aos poucos foram chegando novos membros da comunidade. Temos como exemplo a participação dos moradores Antônio do Rosário e sua esposa dona Maurila Sérgio do Rosário. Com a crescente chegada de novos convertidos, houve a necessidade da construção de uma igreja na comunidade. Com a chegada de novos pastores o trabalho de evangelização veio a se expandir na comunidade. Passando alguns anos, a igreja evangélica veio a ter um crescimento tão exponencial que houve a necessidade de construção de uma nova igreja na comunidade de São José, com outra direção¹⁸.

Nos dias de hoje, as igrejas evangélicas cresceram muito, chegando a 130 (cento e trinta) membros matriculados na comunidade da Trindade I por exemplo. Na comunidade do São José, o número de membros é ainda maior. As pessoas se reúnem durante a semana em culto de oração e doutrina e no domingo na escola dominical e culto à noite. Tanto as igrejas católicas quanto as igrejas evangélicas cresceram significativamente dentro das comunidades e a cada dia estão chegando outras denominações nas comunidades quilombolas. Desse modo, pode-se dizer que igrejas evangélicas, a igreja católica e religiões de matriz africana fazem parte do dia a dia, as comunidades do Rio Jacarequara¹⁹.

Os terreiros de matriz africana ainda são frequentados por um número limitado de moradores, refletindo uma valorização discreta dessas práticas religiosas na comunidade. Apesar disso, esses terreiros têm resistido e convivido com outras tradições religiosas,

¹⁷Entrevista com Paulo Galiza do Rosário data: 18/03/2024 local: comunidade quilombola trindade I/ Acará-PA

¹⁸Entrevista com Paulo Galiza do Rosário data: 18/03/2024 local: comunidade quilombola trindade I/ Acará-PA

¹⁹ Idem.

compondo um cenário de pluralidade espiritual. Nesse contexto, observa-se que as comunidades locais passaram a abrigar tanto igrejas evangélicas quanto católicas, algo que outrora era quase inexistente. Essa mudança evidencia uma transformação no panorama religioso local, onde diferentes manifestações de fé compartilham o mesmo espaço e, de certa forma, dialogam e se ajustam à vida cotidiana dos moradores.

Na comunidade do igarapé Jacarequara, nota-se a presença de diversas irmandades formadas por leigos, criadas num período em que a Igreja Católica ainda não havia estabelecido uma estrutura organizacional nem a presença de padres para guiar a prática religiosa local. Essas irmandades estão, em sua maioria, ligadas a famílias específicas e se dedicam principalmente à realização de atividades relacionadas ao padroeiro, sem, contudo, desempenhar uma função evangelizadora e catequética. Embora não sejam formalmente separadas da Igreja Católica, essas irmandades possuem uma relação ambígua com as paróquias. Frequentemente, a Igreja tenta estabelecer um diálogo com essas associações, mas surgem conflitos devido a compreensões diferentes sobre a prática religiosa e as festividades por exemplo.

Essas irmandades, além de se inserirem no contexto econômico local, desempenham um papel fundamental na estrutura social e cultural do igarapé Jacarequara. Algumas delas mantêm práticas e tradições há mais de um século, preservando um legado transmitido de geração em geração, que continua vivo e relevante para a comunidade até os dias atuais.

4. Conflitos Agrários

Especialmente a partir da década de 1980, comunidades do Igarapé Jacarequara enfrentaram alguns conflitos. De acordo com relatos de moradores da comunidade um indivíduo adquiriu um pequeno pedaço de terra na localidade de São José, situada nas proximidades do igarapé Jacarequara. Segundo entrevistas a área comprada equivalia a aproximadamente um hectare e consistia em uma parte alagada da várzea. Embora o terreno fosse pequeno, a situação se complicou porque os moradores anteriores não possuíam documentos que comprovasse a posse de suas terras naquele momento. Aproveitando-se dessa vulnerabilidade, o comprador teria procurado regulamentar terras das comunidades de São José e Itapuama, uma região caracterizada por um vasto território. Essa ação não apenas gerou tensões, mas também desencadeou uma série de disputas sobre a propriedade da terra.²⁰

Conta-se que as comunidades foram surpreendidas quando chegou um grupo de policiais vindo da cidade de Belém em canoas, e desembarcarem na comunidade do São José, o objetivando desapropriar as terras que o comprador acima referido dizia que lhe pertenciam.

²⁰Entrevista com morador das comunidades, 2024.

Conforme entrevista, na ocasião, pessoas das comunidades ficaram preocupadas com aquela situação pois, elas já estavam estabelecidas no local há muitos anos, e por direito já eram donos da terra. Esta ação deixou muitas famílias das duas comunidades desabrigadas. Esse conflito durou quase um ano.²¹ Naquele momento, havia um grupo de moradores em Belém em busca de uma decisão judicial que impedisse a continuação das demolições, que já afetavam a comunidade de Itapuama. Estes regressaram da capital paraense com um mandado que proibia a derrubada das casas. Porém algumas residências já haviam sido derrubadas. Tanto a comunidade de São José, quanto na comunidade do Itapuama foram afetadas por esse problema de desapropriação²².

Diante disso, moradores das demais comunidades do Jacarequara juntaram-se e construíram uma grande casa na comunidade do São José, onde era o terreno do sindicato. Os pais de família sensibilizados com a situação construíram o casarão onde as pessoas desabrigadas puderam morar juntas, até que fosse resolvido todo este infortúnio. Naquele momento pessoas das comunidades vizinhas levavam alimentos e contribuíam para que as famílias não passassem necessidades. Essa ajuda foi muito importante para o reestabelecimento das comunidades do Itapuama e São José.

Outro conflito se deu na comunidade de Monte Alegre, situado na “nascente” do igarapé Jacarequara. No ano de 2006, com a chegada da Rodovia PA-483, também chamada de Alça Viária. Com a chegada desta rodovia houve acesso terrestre às comunidades do Jacarequara, que anteriormente era realizada somente por meio fluvial via igarapé. Com este acesso facilitado, muitas pessoas foram adquirindo terrenos ao longo da Alça Viária e dentro das comunidades.

Estes novos proprietários de terras tinham por interesses a implantação de fazendas e plantações. Então, a procura por terrenos nessa região da Alça Viária ficou intensa e os terrenos ficaram valorizados. Por este motivo, alguns moradores vieram a vender seus terrenos. Um fazendeiro de outra região comprou um lote de terra de uma senhora na comunidade do Monte Alegre, após a compra começou-se a construção de um curtume no local, com a promessa de oferecer emprego para algumas pessoas da comunidade. Os moradores, naquele momento não tinham ideia dos grandes problemas que a implantação deste empreendimento viria acarretar, tanto nas questões ambientais, no caso a contaminação que os resíduos trouxeram ao igarapé

²¹Idem.

²²Idem.

Jacarequara e a poluição do ar e outros problemas relacionados a saúdes e ao bem-estar de todos os moradores²³.

Devido a esta situação, houve uma grande preocupação de todas as comunidades, que por sua vez as lideranças se organizaram para combater esse empreendimento nesse local, foram realizadas várias reuniões com órgão da Prefeitura do Acará como a Secretaria do Meio Ambiente e movimentos sociais que se mobilizaram com o intuito de impedir este projeto de continuar a funcionar.

O fazendeiro por sua vez também se organizou no sentido de trazer técnicos do Meio Ambiente e a Câmara de Vereadores do Acará, Secretaria do Meio Ambiente e mobilizou uma grande reunião no local onde foi instalado o curtume, com o objetivo de mostrar às comunidades e as autoridades presentes que este empreendimento seria muito importante para todos, pois, traria benefícios às comunidades do entorno do Jacarequara. As comunidades quilombola do Jacarequara mais uma vez se organizaram no sentido de impedir que fosse mantido o projeto do curtume. Nesse momento várias lideranças das comunidades reuniram-se²⁴. Nesta reunião resolveram criar o *Primeiro Fórum das Comunidades Quilombolas do Acará*, com o objetivo de fortalecer todas as demais comunidades, esse fórum teria uma força maior na visão dos líderes quilombolas. Também neste período foram organizadas as diretorias de cada comunidade. Com esta organização as comunidades obtiveram forças para lutar e no dia da reunião com quase 1000 (mil) pessoas presentes, conseguiram impedir a construção do curtume na região. É importante ressaltar que as comunidades quilombolas ao longo dos tempos sempre passaram por estes conflitos, relacionadas às suas terras, devido à morosidade dos órgãos públicos na titulação de terras de comunidades quilombolas. Abaixo um cartaz do 1º Seminário da Juventude Quilombola do Acará.

Figura 8: 1º Seminário da Juventude Quilombola do Acará



²³Entrevista morador das comunidades, 2024.

²⁴Idem.

5. Esporte e Lazer

As comunidades quilombolas da região do Jacarequara também mantiveram conexões com o esporte, sendo o futebol amador uma das práticas mais enraizadas. Esse esporte ocupa um papel social importante, funcionando como espaço de integração e fortalecimento de laços comunitários. Homens, mulheres se reúnem em campos improvisados para jogar e torcer, transformando o futebol em uma tradição coletiva que celebra a identidade e a resistência cultural da comunidade. No entanto, essa prática esportiva, apesar de ser parte essencial da vida quilombola, enfrenta uma série de desafios relacionados ao reconhecimento e à integração nos circuitos oficiais de competições esportivas.

Essas comunidades raramente são incluídas em campeonatos ou torneios municipais e estaduais, seja por falta de infraestrutura adequada, apoio governamental ou mesmo por barreiras de preconceito. A ausência de programas que incentivem o desenvolvimento esportivo nas áreas quilombolas reflete o histórico descaso das políticas públicas em relação aos direitos dessa população.

A exclusão desses atletas dos campeonatos regionais e nacionais também impede que talentos locais sejam descobertos e desenvolvidos, limitando as oportunidades para jovens quilombolas que poderiam se destacar no esporte. Além disso, a falta de incentivo reduz a visibilidade e o potencial de fortalecimento do esporte como ferramenta de inclusão social e de promoção da saúde nas comunidades.

Reconhecer e apoiar o esporte nas comunidades quilombolas seria um passo significativo para ampliar a representatividade e dar visibilidade a essa rica tradição esportiva. Políticas públicas voltadas ao esporte e lazer, como programas de incentivo, construção de campos adequados e a criação de torneios específicos, podem ajudar a quebrar as barreiras de exclusão, promovendo uma integração mais ampla e o reconhecimento dos quilombolas como parte essencial do cenário esportivo brasileiro.

Figura 9, 10 e 11 - Jogos Quilombolas





Desde 2009, uma comunidade quilombola da região do Jacarequara é designada anualmente para sediar um torneio esportivo que se consolidou como uma grande celebração local. Esse evento acontece geralmente em julho, um mês em que muitos atletas amadores das comunidades estão de férias acadêmicas ou afastados temporariamente do trabalho, o que facilita sua participação. A competição envolve todas as comunidades quilombolas da região, atraindo também visitantes e engajando públicos de todas as idades, desde crianças até idosos. Tornou-se uma verdadeira tradição e um ponto de encontro anual, com um crescimento constante no número de participantes a cada edição.

O torneio é considerado um dos maiores eventos esportivos da região do Baixo Acará desde 2013, ano em que recebeu o patrocínio da Prefeitura do Município de Acará, marcando um avanço em relação à ausência de apoio institucional dos primeiros anos. No início, a competição era mais modesta, com cada atleta competindo individualmente nas modalidades de sua preferência. Em 2013 contou-se com um grupo de lideranças comunitárias, composto por Sr. Gerson Ferreira, Sr. Railson Rosário, Sra. Vanessa Nogueira, Sr. Hermilo Gomes, além do presente autor desse artigo, idealizador do projeto. O objetivo geral foi apresentar a sociedade as atividades culturais e lazer praticadas pelas comunidades, ressaltando a importância social alcançada com isso. Posteriormente, decidiu-se reestruturar o evento, transformando-o em uma competição de equipes, representando cada comunidade.

O apoio institucional deu-se por meio de um deputado estadual que doou troféus e bolas para o evento. Nesse mesmo ano jornal *Diário do Pará*²⁵ do dia 24 de agosto de 2009 publicou uma reportagem sobre a competição, destacando o impacto cultural e esportivo dos Jogos Quilombolas e valorizando a cultura local.

²⁵DIÁRIO DO PARÁ, Belém, 24 de agosto de 2009, p. 08.

“Quando Jorge, o locutor oficial, anunciou Zé Bala, a ovação foi geral. Afinal, era um membro da comunidade Trindade, de onde a maioria ali também era. Expectativa geral. Zé Bala se concentrou, respirou fundo como convém a um atleta de ponta e disparou na corrida. O salto, no entanto, ficou abaixo do que quase todos esperavam. Apenas 3,49 metros. “Mas antes tivesse queimado, com esse pulo”, disse Jorge, sem esconder a decepção, mas sob o riso de muita gente²⁶”

Essa visibilidade contribuiu significativamente para a credibilidade e o reconhecimento do evento, que hoje se destaca como uma das principais festividades da região. Todos os anos, o torneio atrai uma grande quantidade de visitantes, promovendo a integração entre as comunidades e fortalecendo o orgulho quilombola, além de valorizar o esporte como meio de união e celebração cultural.

“Salto em distância, futebol masculino e feminino, ciclismo, música, maratona para crianças, foram algumas das modalidades esportivas que reuniram atletas e competições, vários mutuados em emoções e, principalmente, na valorização da própria comunidade, que pelo segundo ano seguido realiza o evento esportivo.²⁷”

Ao todo são dez modalidades que são disputadas pelas equipes durante três dias de competição. São elas: Futebol masculino e feminino, vôlei masculino e feminino, 100 metros raso masculino e feminino adultos e adolescentes (cada um com sua faixa etária), salto à distância masculino e feminino, atletismo masculino e feminino (veteranos de 35 anos até 50 anos, Mirim de 05 anos a 10 anos), ciclismo masculino e feminino, jogo de dama masculino e feminino, dominó masculino e feminino, natação masculino e feminino (a natação é realizada dentro do igarapé), ping-pong masculino e feminino. Os campeões das competições são premiados com troféus, medalhas de ouro, prata e bronze, e a comunidade que obtiver o maior número de pontos será considerada a campeã dos Jogos Quilombolas. Durante os jogos não é permitido chamar palavrões (com pena de expulsão e retirada de pontos das equipes), venda de bebidas alcoólicas, para que haja uma maior integração e respeito entre as pessoas. Para a inclusão dos idosos nos jogos há uma caminhada com a terceira idade. Geralmente esta caminhada tem apoio de profissionais de saúde.

²⁶DIÁRIO DO PARÁ, Belém, 24 de agosto de 2009, p. 08

²⁷DIÁRIO DO PARÁ, Belém, 24 de agosto de 2009, p. 08

Figura 10



Fonte: Oseas Rosário, 2024

Figura 11: Jornal Diário do Pará



6. Considerações Finais

As comunidades quilombolas do Baixo Acará, situadas ao redor do igarapé Jacarequara, são exemplos de resistência em prol da preservação ambiental e da valorização de suas terras e cultura. A área é uma fonte de sustento rica e diversificada, oferecendo frutos como açaí, castanha-do-pará, cupuaçu, e outros produtos que representam a base da alimentação e da economia locais. A extração do açaí, por exemplo, se tornou fundamental para a sobrevivência econômica dessas famílias, sendo comercializado amplamente em Belém e cidades próximas. Esse modo de vida, porém, está em risco devido à cobiça por terras e recursos naturais, um desafio contínuo enfrentado pelas comunidades quilombolas.

As ameaças à natureza que essas comunidades preservam vêm de interesses externos, como grandes fazendeiros e grupos que buscam explorar as terras para fins econômicos, sem consideração pelo impacto ambiental e social que suas ações representam. Um exemplo claro do risco enfrentado pelas comunidades foi a recente proposta de implantação de um aterro sanitário no município de Bujaru, uma obra próxima às áreas quilombolas que pode causar danos irreparáveis ao meio ambiente e à saúde da população. Essa possibilidade despertou grande preocupação nas lideranças quilombolas, que se uniram no Fórum Quilombola de 2023 para traçar estratégias de resistência. A mobilização comunitária, incluindo protestos e bloqueios de rodovias como a Alça Viária, expressa o temor real dos moradores de que esse projeto possa contaminar o solo e as águas, impactando não apenas o ecossistema, mas também a segurança alimentar e o modo de vida das populações locais.

As palavras de Dona Macária, uma das anciãs da comunidade, resumem o espírito de luta e a importância da natureza para os quilombolas: “Manter a natureza em pé é nos manter vivos.” A natureza não é apenas uma fonte de recursos, mas uma guardiã da saúde e do bem-estar dessas comunidades, que há gerações cultivam e usufruem de plantas medicinais, fontes de cura e proteção para diversas doenças. Esse conhecimento ancestral e esse laço com a terra não podem ser desfeitos por interesses econômicos momentâneos.

Essas ameaças, porém, não abalam a determinação das comunidades quilombolas de preservar seu território e seus recursos. As lideranças estão cada vez mais conscientes da necessidade de mobilização e articulação política para garantir seus direitos e proteger seu patrimônio natural e cultural. A luta pela preservação do Baixo Acará e da Amazônia Quilombola é uma causa que ultrapassa barreiras locais, conectando-se a uma preocupação global com o meio ambiente e a sustentabilidade. No cenário atual, em que o meio ambiente sofre com desmatamento e degradação acelerada, o papel dessas comunidades quilombolas como guardiãs da floresta é ainda mais crucial.

Portanto, é imprescindível que haja maior apoio institucional e visibilidade para as demandas dessas comunidades. Proteger as terras quilombolas e garantir sua sustentabilidade não é apenas uma questão de direitos humanos, mas também um passo essencial para a preservação da Amazônia e a saúde do planeta. O exemplo dos quilombolas do Baixo Acará mostra como a luta pela terra e pela natureza é, na verdade, uma luta pela vida.

Fontes:

Dona Macária Lima da Conceição

Gilvanildo do Espírito Santo do Rosário

Januário Oliveira Neves

Paulo Galiza do Rosário

Entrevista com moradores que preferiram não se identificar.

DIÁRIO DO PARÁ, Belém, 24 de agosto de 2009, p. 08.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. *Fontes orais: Histórias dentro da História*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum*. Manaus: PPGSCA, 2006..
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. *Convenção nº 169. Sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho*. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/-ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 4 fev. 2025.
- FREITAS, Décio. *Palmares: A guerra dos escravos*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: cartografias da resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ. *Territórios Quilombolas*. Disponível em: <www.iterpa.pa.gov.br>. Acesso em: 29 out. 2024.
- KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.
- OLIVEIRA, Elda Rizzo de. *O que é Benzeção*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. Forma e significação na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*. v. 14 (1997): JAN./JUN.
- REIS, João José. *Quilombos e revoltas escravas no Brasil*. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 14-39, dez./fev., 1995/96. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/12345>. Acesso em: 25 out. 2024.
- SILVA, José Bittencourt da. *Elementos para a construção do sentido e o significado do conceito de população tradicional e sua importância para o século XXI*. *Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 3, p. 83-92, 2010.

SILVA, Maria das Graças da; OLIVEIRA, Rodrigo Erdmann; OLIVEIRA, Thaissa Jucá Jardim; FREITAS, Luana Lima de. *Comunidades quilombolas na Amazônia: resistência e reafirmação de territórios ancestrais para a reprodução da existência*. *Revista de Políticas Públicas*, v. 25, n. 2, p. 565–584, 13 jan. 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/18460>. Acesso em: 28 out. 2024.

SILVA, Valdélcio. *Rio das Rãs à luz da noção de quilombo*. *Afro-Ásia*, n. 23, p. 185-218, 1999. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/770/77002309.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2025.